



**INSTITUTO DA CONSTRUÇÃO
E DO IMOBILIÁRIO**

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

2011



**POR UM SETOR MODERNO
E COMPETITIVO**





ÍNDICE

O COMPROMISSO.....	5
1. INSTITUTO SUSTENTÁVEL	7
1.1. O INSTITUTO	7
1.1.1. HISTÓRIA.....	7
1.1.2. ORGANIZAÇÃO	9
1.1.3. MISSÃO E ESTRATÉGIA	11
1.1.4. ATIVIDADE DE REGULAÇÃO.....	13
1.2. ÉTICA E GESTÃO DE RISCO.....	15
2. CONCRETIZAÇÃO DA MISSÃO DO INSTITUTO.....	19
2.1. GESTÃO DA RELAÇÃO COM OS STAKEHOLDERS	19
2.2. FORNECEDORES.....	23
2.3. CLIENTES – AGENTES DO SETOR.....	25
2.3.1. INTERAÇÃO COM OS AGENTES DO SETOR.....	25
2.3.2. SATISFAÇÃO DOS AGENTES DO SETOR	28
2.4. ENTIDADES REGULADORAS E FISCALIZADORAS.....	29
2.5. SOCIEDADE	31
2.6. COLABORADORES	35
2.6.1. CARACTERIZAÇÃO DOS ATIVOS HUMANOS.....	35
2.6.2. GESTÃO DO CAPITAL HUMANO	37
2.6.3. SATISFAÇÃO DOS COLABORADORES.....	41
2.6.4. REPORTE SOCIAL	41
3. RELAÇÃO COM O AMBIENTE.....	45
3.1. POLÍTICA DE GESTÃO AMBIENTAL	45
3.1.1. IMPACTE AMBIENTAL DOS SERVIÇOS.....	48
3.1.2. STANDARDS AMBIENTAIS – FORNECEDORES.....	49
3.1.3. OBJETIVOS E METAS AMBIENTAIS.....	51
3.2. MONITORIZAÇÃO DAS METAS DEFINIDAS	53
3.3. REPORTE AMBIENTAL	61



O COMPROMISSO

A temática da sustentabilidade está na ordem do dia. Falar de sustentabilidade significa falar na preservação do futuro de todos nós, o que passa inquestionavelmente por caminharmos em busca de um desenvolvimento sustentável e equilibrado nas vertentes económica, social e ambiental.



Fernando Oliveira Silva

Vice-Presidente do Conselho Diretivo

Nessa medida a sustentabilidade não será apenas um objetivo individual, mas antes um objetivo partilhado, das pessoas e das organizações, pois só assim ele será alcançado.

Também no InCI nos preocupamos com a sustentabilidade, seja na perspetiva interna ao instituto, seja, no plano externo, isto é, enquanto organismo que pode contribuir para um setor da construção e do imobiliário mais inovador, competitivo e sustentável.

É isso que procuramos demonstrar neste relatório, cujos resultados alcançados são fruto do esforço e dedicação de todos os colaboradores do InCI.

Lisboa, 13 de dezembro de 2012

Fernando Oliveira Silva
Vice-Presidente do Conselho Diretivo
(*Em substituição legal do Presidente do Conselho Diretivo*)



1. INSTITUTO SUSTENTÁVEL

1.1. O Instituto

1.1.1. História

Nos seus diversos estádios de evolução, o Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P. (INCI) conta já com meio século de existência.

A sua origem esteve na Comissão de Inscrição e Classificação dos Empreiteiros de Obras Públicas (CICEOP) que funcionava sob a presidência do Conselho Superior das Obras Públicas (CSOP). Criada em 1956, a CICEOP tinha como atribuição inscrever os empreiteiros de obras públicas que realizassem obras de valor superior a 250.000\$00 (atuais 1.125 €), para as quais era obrigatória a detenção de um alvará.

Em 1970, em resposta ao desenvolvimento da indústria da construção civil, no segmento das obras particulares, a CICEOP alargou as suas atribuições passando a disciplinar também esse mercado, tendo, por isso, sido redenominada de Comissão de Inscrição e Classificação dos Empreiteiros de Obras Públicas e dos Industriais da Construção Civil (CICEOPICC), continuando a funcionar sob a égide do CSOP.

O incremento verificado no setor da construção, e conseqüente acréscimo de pedidos de alvará, originou uma reorganização estrutural da CICEOPICC, sendo esta autonomizada do CSOP.

Em consequência, foi criado, em 1988, o Conselho de Mercados de Obras Públicas e Particulares (CMOPP), organismo dotado de autonomia administrativa, na dependência do ministro responsável pelas obras públicas.

CONSELHO DE MERCADOS DE OBRAS PÚBLICAS E PARTICULARES



Mais tarde, em 1992, face à proliferação das agências de medição imobiliária, foram também cometidas ao CMOPP competências de regulamentação e fiscalização desta atividade, as quais competiam até então à Inspeção-Geral de Finanças.

Com o objetivo de responder eficazmente à necessidade de melhorar o sistema de qualificação das empresas, bem como de proporcionar uma efetiva capacidade inspetiva e fiscalizadora, o CMOPP foi, em 1999, transformado em instituto público, com a designação de Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário (IMOPPI).



Já com a visão de potenciar a modernidade e competitividade dos mercados da construção e do imobiliário, o IMOPPI foi dotado de relevantes atribuições, no tocante ao acompanhamento da aplicação das normas reguladoras das empreitadas de obras públicas, assim como das atribuições necessárias ao cumprimento das obrigações comunitárias relativas ao setor.

No âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), o IMOPPI foi reestruturado, em 2007 (Decreto-Lei n.º 144/2007, de 27 de abril), tendo-lhe sido definida uma nova missão, estrutura orgânica e orientação estratégica, passando a adotar a designação atual de Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P. (InCI).



O InCI caracteriza-se por ser um instituto regulador orientado para a melhoria da competitividade e sustentabilidade das empresas da fileira da construção e do imobiliário, sem perder de vista a defesa dos direitos dos consumidores. Desde há já algum tempo que também assegura atividades no âmbito da contratação pública, tendo em vista a elaboração de diplomas legais, designadamente tendentes a transpor para a ordem interna as diretivas comunitárias, a promoção da transparência da



contratação pública, mediante o desenvolvimento e a gestão do portal dos Contratos Públicos (portal BASE) e do Observatório das Obras Públicas¹.

Pauta-se por uma gestão por objetivos e por uma avaliação periódica em função dos resultados, assente na eficiência na utilização dos recursos disponíveis, na observância dos princípios gerais da atividade administrativa, na transparência e na prestação pública de contas.

1.1.2. Organização

A organização do InCI compreendia, em 2011, os seguintes órgãos²:

- Conselho Diretivo;
- Conselho Consultivo;
- Fiscal Único;
- Comissões Técnicas Especializadas:
 - Comissão de Classificação de Empresas de Construção (CCEC);
 - Comissão de Índices e Fórmulas de Empreitadas (CIFE).

O Conselho Diretivo é o órgão colegial responsável pela definição e implementação das funções de gestão, fiscalização e inspeção e de regulamentação do InCI, bem como pela direção dos respetivos serviços, em conformidade com a lei e com as orientações governamentais.

Apresentam-se, de seguida, as principais informações relativas ao Conselho Diretivo (CD) do InCI em funções durante o ano de 2011:

¹ No decorrer do ano de 2012 – portanto, com efeito em período posterior à referência deste relatório – foi aprovada nova lei orgânica do InCI, tendo-se mantido como instituto público (nos termos do Decreto-Lei n.º 158/2012, de 23 de julho), mantendo a sua missão de regulador da construção e do imobiliário, mas reforçando os seus poderes em matéria de regulação da contratação pública, que aliás já vinha exercendo desde 1999.

² Com a nova lei orgânica, o InCI deixou de contar com a existência formal das duas Comissões Técnicas Especializadas.



Modelo de Governo	
Despacho de nomeação do CD	Despacho n.º 13202/2009. D.R. n.º 109, Série II de 5 de junho de 2009
Despacho de designação de Vice-Presidente do CD	Despacho n.º 16536/2009. D.R. n.º 139, Série II de 21 de julho de 2009
Posições executivas	Presidente – Dr. António Flores de Andrade Vice-Presidente – Dr. Fernando Oliveira Silva
N.º de reuniões do CD em 2011	48
Taxa de comparência nas reuniões do CD	100%
Início e fim de mandato do CD	1 de junho 2009 – 31 de maio 2012
Outras informações	<p>Não existem Administradores independentes no InCI, os membros do CD não integram outros CD ou administrações de outras organizações.</p> <p>O Presidente do conselho Diretivo do InCI é, por inerência, Presidente da mesa da Assembleia Geral da PTPC – Plataforma Tecnológica Portuguesa da Construção.</p> <p>O Dr. Fernando Oliveira Silva é membro da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização dos Projetos de Investigação & Desenvolvimento associados aos Grandes contratos Públicos (Despacho nº 23411/2009, de 26 de outubro) e da Mesa da Assembleia Geral do CEDIPRE (Centro de Direto Público e Regulação da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra).</p>

1.1.3. Missão e Estratégia

Integrado na administração indireta do Estado, o InCI é um instituto público dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio, que prossegue as atribuições do atual Ministério da Economia e do Emprego, sob a superintendência e tutela do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (por delegação de competências, nos termos do Despacho n.º 10353/2011, de 5 de agosto).

Compete-lhe regular e fiscalizar o setor da Construção e do Imobiliário, dinamizar, supervisionar e regulamentar as suas atividades, produzir informação estatística e análises sectoriais pertinentes e assegurar a atuação coordenada do Estado no setor. No âmbito da contratação pública, o InCI também possuía, em 2011, atribuições e competências dispersas por diversos diplomas legais. A atual lei orgânica veio reconhecer “... o importante papel que o InCI, I. P., tem vindo a desempenhar no âmbito da regulação da contratação pública...”, tendo sido formalizadas diversas atribuições e competências nesta área.

Assim, e numa busca pela melhoria contínua que proporcione a maximização da sua eficiência organizativa, a estratégia do Instituto assenta nos seguintes pilares:

Missão	Visão	Valores	Lema
<ul style="list-style-type: none">• Regular, fiscalizar e dinamizar o Setor da Construção e do Imobiliário.• Assegurar a coordenação e regulação da contratação pública.	<ul style="list-style-type: none">• Contribuir para um Setor da Construção e do Imobiliário Moderno e Competitivo.• Contribuir para a eficiência e qualidade na Contratação Pública	<ul style="list-style-type: none">• Rigor• Isenção• Credibilidade	<ul style="list-style-type: none">• <i>Dar forma ao Futuro</i>



Neste enquadramento estratégico é importante salientar o caráter dinamizador do Setor da Construção e do Imobiliário, previsto na missão do InCI, que ultrapassa a mera regulação e fiscalização do referido setor.

Cabe, assim, ao InCI assegurar a competitividade dos agentes económicos, garantir a defesa dos consumidores, construir uma sólida base de conhecimento e de informação sobre o setor e mobilizar os diversos intervenientes para a dinamização e crescimento sustentável do mesmo.

Com vista à modernização e competitividade do Setor da Construção e do Imobiliário o InCI procura contribuir cada vez mais para a mobilização dos agentes económicos, tendo em vista o crescimento sustentado do setor.

Nesse caminho de crescimento e melhoria contínua, a atuação do Instituto prima pelo respeito dos princípios da gestão pública: Transparência, Equidade, Legalidade e “*Accountability*”.

Assim, no seu desempenho interno e na interação com as demais entidades externas, o InCI procura orientar-se por valores institucionais, tais como o Rigor, a Isenção e a Credibilidade.

Independentemente de qualquer conjuntura, a atuação do InCI caracteriza-se pelo tratamento de todas as matérias em escrupuloso respeito pela lei, sem distinção na abordagem dos diferentes interlocutores, procurando conquistar a confiança dos operadores económicos e cidadão em geral.

Neste enquadramento, o lema *Dar forma ao Futuro* transmite a confiança de que o InCI, com base numa atuação que respeite os seus valores, pretende cumprir a sua missão, criando condições para que as ações de hoje contribuam para o futuro de modernização e competitividade no Setor da Construção e do Imobiliário.

Desenham-se, assim, as grandes linhas de ação que permitem o alcance da missão do InCI:

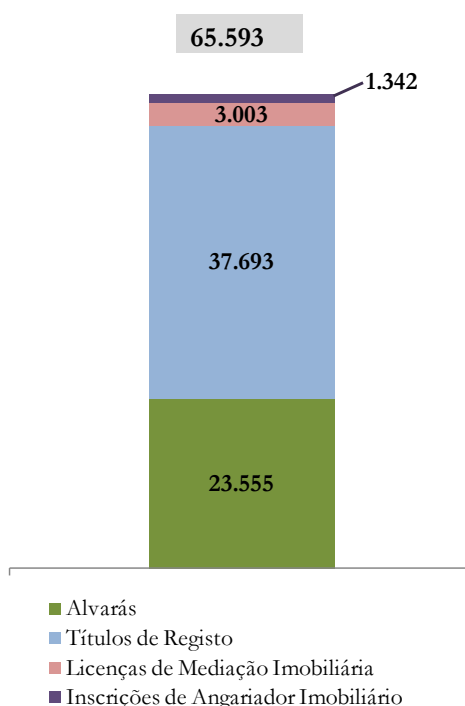


Regular, fiscalizar e dinamizar o Setor da Construção e do Imobiliário

1.1.4. Atividade de Regulação

No âmbito das suas atribuições de regulação o InCI qualifica, inspeciona, fiscaliza e sanciona as empresas do Setor da Construção e do Imobiliário, nomeadamente, as que exercem as atividades de construção, mediação imobiliária e angariação imobiliária.

No final de 2011, encontravam-se inscritas no Instituto 65.593 empresas, na sua grande maioria inseridas no mercado da construção.

Títulos Habilitantes Válidos 2011


Relativamente à área da qualificação das empresas, durante o ano de 2011, foram efetuados 11.449 atos regulatórios, menos 10% do que o verificado em 2010.

Atos Regulatórios ³	2011	2010	Δ
Alvarás	3.329	2.769	+20%
Títulos de Registo	6.701	8.273	-19%
Licenças Mediação Imobiliária	905	1.158	-22%
Inscrições Angariador Imobiliária	514	455	+13%
Total	11.449	12.655	-10%

O prazo médio ponderado de emissão dos diferentes títulos habilitantes foi de 22 dias, menos 9 dias face a 2010 e menos 13 relativamente a 2009.

³ Considerando-se como atos regulatórios: alvarás (*novos + reclassificados*); títulos de registo (*novos + modificados + revalidados*); licenças de mediação imobiliária (*novas + revalidadas*), cartões de angariador imobiliário (*novos + revalidados*).



No que respeita às outras áreas de regulação, foram inspecionadas 2.634 empresas tendo sido aplicadas coimas num valor total de €561.500.

Da atividade da regulação provêm cerca de 99% das receitas do Instituto, tendo esse valor, em 2011, ultrapassado os 13M€.

1.2. Ética e Gestão de Risco

Em outubro de 2010, o Conselho Diretivo nomeou, por dois anos, os três elementos (um presidente e dois vogais), que integram a **Comissão de Ética e Fiscalização** (CEF) do InCI.

Conforme definido no respetivo regulamento de funcionamento, a CEF é um órgão de consulta e apoio ao Conselho Diretivo que visa zelar pelo cumprimento e promoção de padrões de rigor, responsabilidade e qualidade ética na atividade das unidades que compõem a estrutura orgânica do Instituto, e de lealdade, honestidade e preocupação cívica na conduta dos seus colaboradores.

Compete, assim, à CEF acompanhar, com total isenção, independência e sem vinculação hierárquica, o cumprimento do **Código de Ética e de Conduta**, estabelecido e publicado na Intranet do InCI, em 2009.

Nesse sentido, uma das primeiras ações da CEF foi a apresentação dos objetivos e das normas éticas e de conduta constantes do Código, através de uma reunião geral, realizada no final de 2010, com todos os colaboradores do Instituto.

Objetivos do Código de Ética e de Conduta

Estabelecer um padrão de relacionamento entre os colaboradores do InCI, bem como entre estes e terceiros, baseado no cumprimento de normas de condutas pré-estabelecidas e coerentes com os princípios do serviço público;

Estimular e promover o espírito de equipa e de pertença a um grupo, através da criação de uma cultura organizacional assente na partilha de valores e objectivos comuns;

Padronizar comportamentos, eliminando a subjectividade das interpretações pessoais sobre normas e princípios éticos;

Afirmar uma imagem de eficácia e eficiência junto dos diversos parceiros do InCI;

Promover preocupações de responsabilidade social, tendentes a responder de forma sustentada aos deveres cívicos que ao Instituto cabem relativamente ao seu meio envolvente.

Normas éticas e de conduta constantes do Código

- *Rigor e Confidencialidade;*
 - *Isenção;*
 - *Competência;*
- *Responsabilidade;*
 - *Lealdade;*
- *Não discriminação;*
 - *Integridade;*
- *Assiduidade e Pontualidade;*
 - *Utilização de recursos;*
- *Relacionamento com a Comunicação Social;*
- *Relacionamento Interpessoal.*

Os elementos que compõem a CEF foram também designados, simultaneamente, face à interconexão de ambas as matérias abordadas, como gestores do **Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.**

Este Plano de Prevenção foi aprovado em dezembro de 2009 e pretende ser um guia de orientação para as práticas internas de prevenção da corrupção na atividade dos colaboradores e serviços do INCI.

Em 2010 foi promovido um inquérito às diferentes unidades sobre a aplicação do referido Plano de Prevenção, tendo sido detetada a necessidade de ajustamentos nas medidas por este preconizadas.

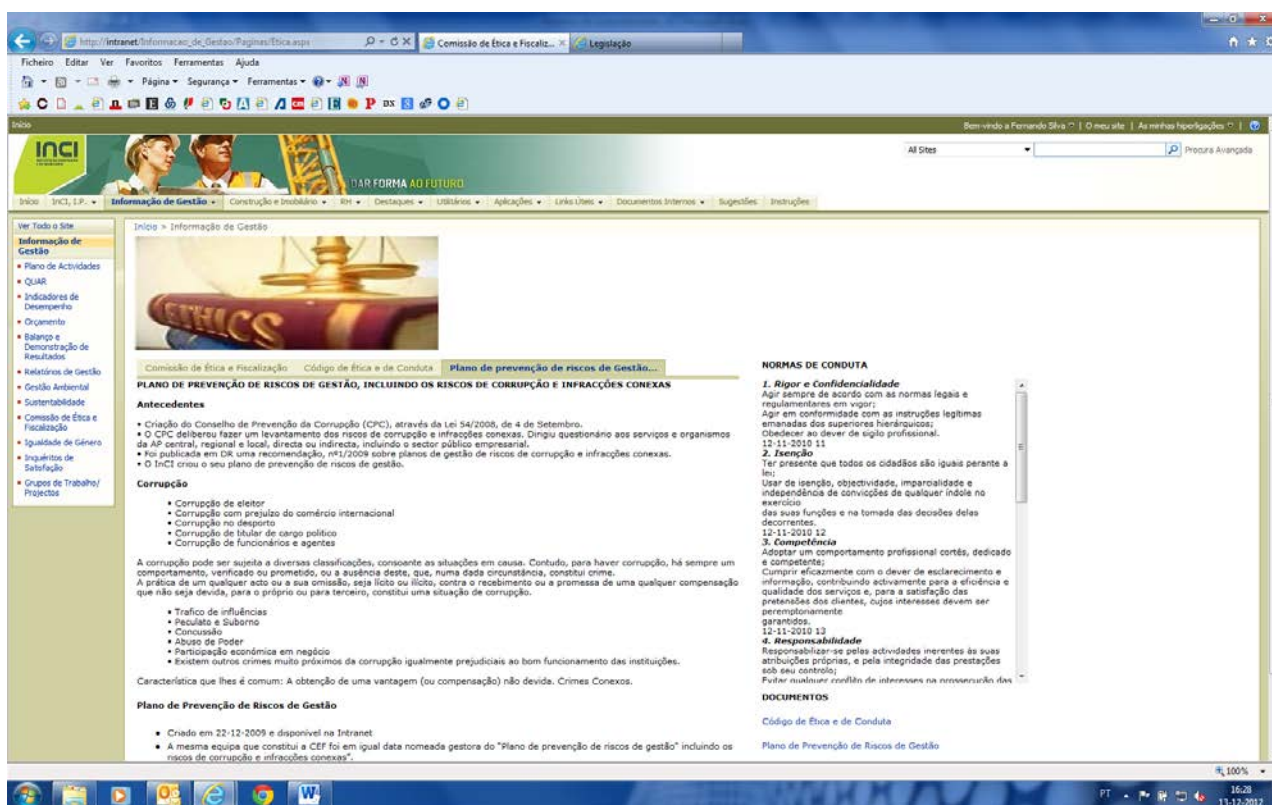
Em resultado desse inquérito, foram desenvolvidos, em 2011, trabalhos em estreita parceria com as várias áreas funcionais do Instituto, tendo sido avaliado o grau de implementação das medidas constantes do Plano de Prevenção, então em vigor.

Nessa avaliação constatou-se que a generalidade das unidades orgânicas já adotava a grande maioria das medidas, embora, por vezes, de forma pouco sistematizada.



Verificou-se, igualmente, que algumas das medidas não estavam adequadas à especificidade de cada área funcional do Instituto, tendo-se procedido à revisão do documento.

A renovada versão do *Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os Riscos de Corrupção e Infrações Conexas* foi disponibilizada numa nova área da Intranet, acessível a todos os colaboradores e dedicada às questões da ética e de combate à corrupção, concentrando toda a informação da CEF, como regulamentos, apresentações e documentos de suporte.



(Imagem da Intranet do INCI)

2. CONCRETIZAÇÃO DA MISSÃO DO INSTITUTO

2.1. Gestão da relação com os Stakeholders

Os *Stakeholders* do InCI são todas as pessoas ou entidades que têm impacto no Instituto ou que, de alguma forma, são afetadas por este.

Principais <i>Stakeholders</i> do InCI	
Internos	Conselho Diretivo
	Dirigentes Intermédios
	Colaboradores
Externos	Tutela
	Entidades da Administração Pública
	Entidades do Meio Universitário
	Entidades representativas de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
	Ordens e Associações Profissionais ligadas à cadeia de valor do setor regulado
	Associações Empresariais do setor regulado
	Associações de Defesa do Consumidor
	Associações e Fundações de Direito Privado
	Empresas do setor da construção e do imobiliário
	Cidadãos

Dos principais *Stakeholders* do InCI destacam-se as empresas que exercem a sua atividade no Setor da Construção e do Imobiliário.

Na gestão da relação com os *Stakeholders* o InCI preocupa-se em manter uma estratégia de relacionamento através de iniciativas que visam a divulgação do Instituto e o aumento do conhecimento do setor.



Nesse sentido, ao longo do ano de 2011, foram vários os eventos que contaram com a presença e intervenção de representantes do InCI, nomeadamente:

- Intervenção do Vice-Presidente do InCI, Dr. Fernando Oliveira Silva, como orador:
 - Jornadas da Construção Leiria 2011 promovidas pela AECOPS, sob o tema “O Futuro da Construção” (abril);
 - Conferência sobre as alterações ao Código dos Contratos Públicos, na sequência do Memorando de Entendimento, organizada pelo Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados (setembro);
 - Conferência “Sustentabilidade na Reabilitação Urbana: o novo paradigma do mercado da construção”, organizada pela IISBE Portugal (setembro),
 - 5º Congresso da Contratação Pública Eletrónica, organizado pelo OPET - Observatório da Prospetiva da Engenharia e da Tecnologia, sob o tema “Melhoria do sistema de contratação pública” (novembro).

- Intervenção da Eng.ª Ivone Nobre, como oradora nos seguintes seminários:
 - Seminário "Situação Atual e Perspetivas Futuras no Setor da Construção" – FORCONSULTING, Barcelos (abril).
 - “Dia da Gestão da Construção - Uma realidade no Setor da Construção” – Escola Superior de Tecnologia do Barreiro (dezembro);

- Participação da Diretora do Gabinete de Sistemas de Informação, Dra. Isabel Rosa, nos seguintes eventos:
 - Receção da delegação da Albânia, de visita a Portugal – apresentação do Portal BASE nas instalações da ANCP (novembro);
 - Conferência sobre eProcurement em Kiev, Ucrânia, promovida pelo European Bank for Reconstruction and Development – apresentação do Portal BASE (dezembro);
 - Reuniões do Comité de Acompanhamento do Portal BASE, com várias entidades da Administração Pública e Plataformas Eletrónicas, nas instalações do InCI (fevereiro, maio e outubro).

Em 2011, à semelhança de anos anteriores, o INCI fez-se representar nos seguintes eventos:

- Imobitur – Salão do Imobiliário, Exponor no Porto, de 17 a 20 de março;
- Expoconstroï – Feira de Equipamentos e Materiais para a Construção Civil, ExpoSalão Batalha, de 14 a 17 de abril;
- II Jornadas do Património – Reabilitação: Tendências e Perspetivas, organizadas pela Santa Casa da Misericórdia, na Fundação Calouste Gulbenkian, em 15 de abril;
- Tektónica 2011 – Feira Internacional de Construção, de 3 a 7 de maio;
- Concreta – Feira Internacional de Construção e Obras Públicas, na Exponor, de 18 a 22 de outubro;
- SIL 2011 - Salão Imobiliário de Lisboa – Feira Internacional de Lisboa, de 20 a 23 de outubro.



2.2. Fornecedores

Nos últimos anos tem-se verificado um aumento de responsabilidade na aquisição de bens e serviços por parte das entidades públicas.

Tal como já acontecia com a procura da proposta economicamente mais vantajosa, existe atualmente também a preocupação com a integração de critérios ambientais no processo de contratação pública de aquisição de bens, prestação de serviços e empreitadas.

Assim, para além das questões de preço e qualidade, pretende-se a identificação e possível escolha de produtos ou serviços com um melhor desempenho ambiental.

Esta nova perspetiva aplica-se com maior evidência na conceção e construção de obras públicas, nos transportes, na energia, nos equipamentos e consumíveis de escritório, nos produtos de higiene e limpeza e na prestação de serviços no âmbito da gestão e manutenção de equipamentos e infraestruturas públicas.

No entanto, relativamente à atividade do InCI, verifica-se a preponderância de aquisições efetuadas através da Unidade Ministerial de Compras, que, já por si, efetua a seleção de fornecedores com a introdução de critérios ambientais.

Assim, através do Catálogo Nacional de Compras Públicas (CNCP), o InCI procede à aquisição de bens e serviços, através de um processo de compras simplificado e ao abrigo dos acordos quadro (AQ) celebrados pela Agência Nacional de Compras Públicas (ANCP, E.P.E.).



No Catálogo Nacional de Compras Públicas estão disponíveis diversas categorias de produtos e serviços, com informação sobre fornecedores de bens e prestadores de serviços e preços máximos estabelecidos nos acordos quadro.



2.3. Clientes – Agentes do Setor

2.3.1. Interação com os Agentes do Setor

Portal CAF

Foi lançado, em 7 de junho de 2011, o portal da CAF – Comissão de Acompanhamento e Fiscalização dos projetos de investigação e desenvolvimento associados aos grandes contratos públicos (www.caf.gov.pt).



Este portal foi desenvolvido internamente pelo InCI com o objetivo de divulgar o acompanhamento e fiscalização da execução dos projetos de investigação e desenvolvimento associados aos grandes contratos públicos celebrados ao abrigo do Código dos Contratos Públicos, de valor igual ou superior a 25.000.000 €.

Plataforma Tecnológica Portuguesa da Construção

Em 2011 foi finalmente constituída, por impulso do InCI, a – Plataforma Tecnológica Portuguesa da Construção (PTPC), cujo projeto datava de 2004 (data em que foi lançada a Plataforma Tecnológica Europeia da Construção – *European Construction Technological Platform*), e que este conselho diretivo conseguiu materializar, aproximando as empresas do setor, o meio académico e demais entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN).



A assembleia constituinte da PTPC ocorreu em 25 de outubro de 2011, nas instalações do LNEC, tendo os respetivos órgãos sociais sido eleitos na sessão pública de apresentação da PTPC, realizada no dia 23 de novembro, ficando a caber ao InCI a presidência da mesa da Assembleia Geral.



A PTPC tem sítio na internet em www.ptpc.pt, no qual se encontram disponíveis informações adicionais sobre a mesma.

icBench

O InCI desenvolveu, em parceria com a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP), um projeto denominado “icBench”, que se revela ser do maior interesse para as empresas de construção. Trata-se de uma ferramenta, baseada na web (www.icbench.net), que permite a cada empresa, com total anonimato, analisar o seu desempenho – num conjunto de indicadores – face ao do universo da fileira da construção.



Nesta primeira fase, a cada empresa foi disponibilizada uma senha de acesso a esta Plataforma, que lhe permitirá visualizar o seu desempenho em indicadores de natureza económico-financeira.

Numa fase posterior, o leque de indicadores será alargado – para as empresas que aderirem ao projeto (adesão que é gratuita) – a outras vertentes (grau de satisfação de clientes, processos produtivos, recursos humanos).

Simplificação do regime de acesso e exercício das atividades reguladas

Em junho de 2011 foi publicado o Decreto-Lei n.º 69/2011, de 15 de junho, que veio simplificar os regimes de acesso e exercício das atividades de construção, mediação imobiliária e angariação imobiliária, alterando o Decreto-Lei n.º 12/2004, de 9 de janeiro e o Decreto-Lei n.º 211/2004, de 20 de agosto.

Newsletter do InCI

Em julho de 2011 foi lançada a Newsletter do InCI, com periodicidade mensal, onde se destacam as principais notícias e informações sobre o setor da construção e do imobiliário, uma breve análise dos principais indicadores da atividade regulatória do Instituto, bem como a compilação da legislação relevante, entretanto publicada.



Contribuição para a Base de Conhecimento do Setor

Durante o ano de 2011 foram publicados no portal InCI diversos estudos e relatórios setoriais:

- Relatório Síntese 2010 – Contratação Pública em Portugal;
- 2º Inquérito Nacional sobre a Contratação Pública Eletrónica;
- Relatório do projeto icBench – Indicadores 2009 Construtores;
- Relatório sobre o Setor da Construção em Portugal em 2010;
- Análise Económico-Financeira das Empresas de Mediação Imobiliária – 2009/2010;
- Valores preliminares dos contratos de EOP – 2010;
- Publicação dos Índices trimestrais CIFE.

2.3.2. Satisfação dos Agentes do Setor

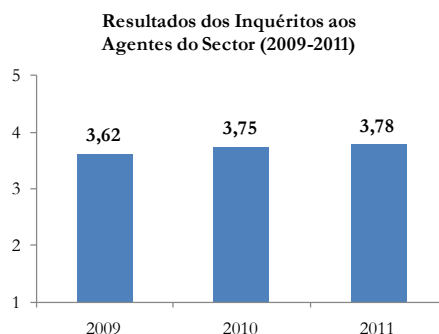
No seguimento dos inquéritos realizados em 2009 e 2010, no âmbito do modelo de avaliação e gestão da satisfação dos agentes do setor, procedeu-se, em 2011, a uma nova auscultação das empresas inscritas no InCI.

Optou-se por seguir a metodologia utilizada nos inquéritos realizados em 2009 e 2010, bem como manter a estrutura de questionário, perguntas e níveis de classificação, de forma a permitir uma fácil comparabilidade dos resultados.

O mecanismo de recolha da informação foi, assim, desenvolvido em parceria com uma empresa especialista em estudos de opinião, que criou, para o efeito, uma plataforma informática, através da qual foram convidadas 64.163 empresas a responder ao inquérito.

O inquérito, de natureza confidencial, esteve *on-line* entre 28 de novembro e 11 de dezembro de 2011, tendo respondido ao mesmo 4.199 empresas, representando uma taxa de participação de 6,5%. O resultado global do inquérito foi de 3,78 valores, o que, numa escala de 1 a 5, corresponde ao nível “Satisfeito”.

Relativamente aos resultados obtidos nos dois anos anteriores verificou-se um aumento de 3 e 16 centésimas, face a 2010 e 2009, respetivamente.



Em termos médios verificou-se que 66% dos agentes que responderam ao inquérito mostraram-se “satisfeitos” ou “muito satisfeitos” relativamente às matérias em avaliação e 17% “pouco satisfeito”. Apenas 6% dos inquiridos referiu estar “insatisfeito” ou “muito insatisfeito”.

Os resultados do inquérito, bem como o respetivo relatório de análise efetuado, foram publicados na Intranet e no Portal do InCI.

2.4. Entidades reguladoras e fiscalizadoras

No âmbito da sua atividade, o InCI está sujeito ao controlo e fiscalização de algumas entidades e organismos, sem prejuízo da sujeição aos pareceres e circulares de outras entidades, dada a sua inserção na Administração Pública, de que são exemplo a Direção-Geral do Orçamento e a Direção-Geral da Administração e do Emprego Público.



Ao nível interno é de destacar o **Fiscal Único**, órgão social que, nos termos da Lei Quadro dos Institutos Públicos, é responsável pelo controlo da legalidade, da regularidade e da boa gestão financeira e patrimonial. Sendo nomeado de entre Revisores Oficiais de Contas, das competências do Fiscal Único resulta o permanente acompanhamento e controlo da atividade do Instituto, a emissão de pareceres em diversas situações concretas, competindo-lhe elaborar relatórios da sua atividade e pronunciar-se sobre assuntos que lhe sejam colocados por organismos de controlo.

Fora do âmbito da sua organização, o InCI esteve sujeito ao controlo da **Inspeção-Geral das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (IGOPTC)**, organismo que se encontra atualmente em processo de fusão com a Secretaria-Geral do Ministério da Economia e do Emprego.



O Instituto está ainda sujeito ao poder de controlo e fiscalização da **Inspeção-Geral de Finanças (IGF)**, organismo a quem está cometido o controlo estratégico da administração financeira do Estado, o qual compreende o controlo da legalidade e a auditoria financeira e de gestão, bem como a avaliação dos serviços, organismos, atividades e programas.



Já no âmbito do controlo externo, o InCI está sujeito aos poderes jurisdicionais e de controlo financeiro do **Tribunal de Contas**, órgão jurisdicional a quem compete a fiscalização da legalidade e regularidade das receitas e despesas públicas, a apreciação da boa gestão financeira e a efetivação de responsabilidades por infrações financeiras.



Durante o ano de 2011, verificou-se o regular acompanhamento do **Fiscal Único**, não tendo o Instituto sido objeto de ações de inspeção.

2.5. Sociedade

Durante o ano de 2011 o InCI celebrou os seguintes protocolos:

Protocolo de Cooperação com a IGOPP

No dia 1 de março, o InCI celebrou um Protocolo com a Inspeção-Geral de Obras Públicas e Particulares (IGOPP), de Cabo Verde, que visa estabelecer a cooperação e a colaboração entre os dois organismos, no âmbito da Construção e do Imobiliário, ao nível da assessoria técnica a prestar pelo InCI, àquela Inspeção.



Protocolo de Colaboração com a AICOPA

Em 21 de março, o InCI celebrou com a Associação dos Industriais de Construção Civil e Obras Públicas dos Açores (AICOPA) um protocolo de colaboração que visa estabelecer a cooperação e colaboração entre as duas entidades, no âmbito da regionalização de algumas competências do Instituto relativamente às questões relacionadas com a regulação do setor da construção civil regional.



Protocolo de Colaboração com a ACIF-CCIM

Com vista a intensificar a colaboração na organização de processos relativos à concessão, reclassificação e revalidação das habilitações para o exercício das atividades enquadradas no Setor da Construção e do Imobiliário foi celebrado um protocolo de colaboração com a Associação Comercial e Industrial do Funchal – Câmara de Comércio e Indústria da Madeira (ACIF-CCIM) no dia 31 de março.





Protocolo de Colaboração com a ARICOP

A 11 de julho, foi celebrado com a Associação Regional dos Industriais de Construção e Obras Públicas de Leiria (ARICOP) um protocolo de colaboração com vista a intensificar a colaboração desta



Associação com o InCI na organização de processos relativos à concessão, reclassificação e revalidação das habilitações para o exercício da atividade da construção em que sejam interessadas as empresas associadas da ARICOP.

Protocolo de Cooperação com IRN e ITIJ

No dia 15 de dezembro, foi assinado um protocolo de cooperação entre o InCI, o Instituto de Registos e Notariado (IRN) e o Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça (ITIJ), através do qual é regulado o acesso direto do InCI, mediante consulta em linha aos elementos de informação que integram a certidão permanente do Registo Comercial para a finalidade exclusiva das suas atribuições em matéria de regulação de fiscalização e licenciamento da atividade das entidades do setor da construção e do imobiliário.



Protocolo de Cooperação com a AMA

No dia 20 de dezembro o InCI estabeleceu um protocolo de cooperação com a Agência para a Modernização Administrativa (AMA), que visa definir as regras de acesso e utilização, pelo InCI, da Plataforma de Integração (componente da Plataforma de Interoperabilidade dedicada à integração de Sistemas de Informação) e dos serviços de integração entre o Portal BASE e as Plataformas Eletrónicas de Contratação Pública.





PATROCÍNIOS

Ao nível do apoio prestado pelo InCI em 2011 destacam-se os seguintes patrocínios:

- 8.º International Conference on Information for Crisis Response and Management – ISCRAM;
- XII DBMC – International Conference in Durability of Building Materials and Components;
- Feira IMOBITUR – VII Salão Imobiliário do Porto;
- Campanha 2011 “Mobilidade dos Trabalhadores da Construção nas Estradas Portuguesas para que não morram trabalhadores no setor”, Sindicato da Construção de Portugal;
- Congresso LiderA 2011 "Produtos e Serviços Sustentáveis";
- Seminário "Responsabilidade Ambiental" - APEMETA;
- Conferência “Sustentabilidade na Reabilitação Urbana: o novo paradigma do mercado da construção”, IISBE Portugal;
- *Portuguese Housing Market Survey*;
- Conferência “Edifícios Balanço Zero – Rumo ao Impacte Nulo da Construção e Reabilitação nas Cidades”.

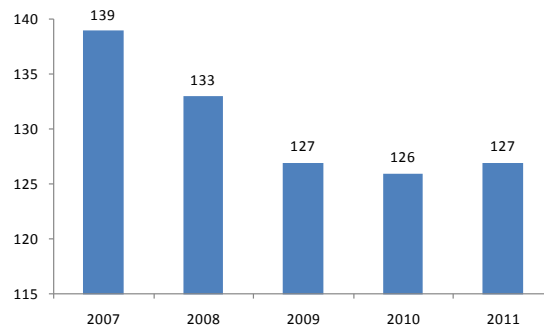


2.6. Colaboradores

2.6.1. Caracterização dos ativos humanos

N.º total de Colaboradores

O InCI contava, no final de 2011, com 127 colaboradores, dos quais 91 do sexo feminino e 36 do sexo masculino.



O número de efetivos registado consubstancia um aumento de mais 1 colaborador face ao ano de 2010, mas significativamente inferior face ao ano de 2007.

Estrutura Etária

A idade média dos colaboradores do Instituto é de 45 anos, sendo, o escalão etário 45-49, o mais expressivo (21,3%), com 27 efetivos.

Este intervalo é predominantemente feminino (81,5% para 18,5%) e preenchido, na sua maioria, pelo grupo de trabalhadores da carreira de técnico superior (40,7%).

É de notar que existem 3 trabalhadores com menos de 30 anos (2,4%).

Estrutura Habilitacional

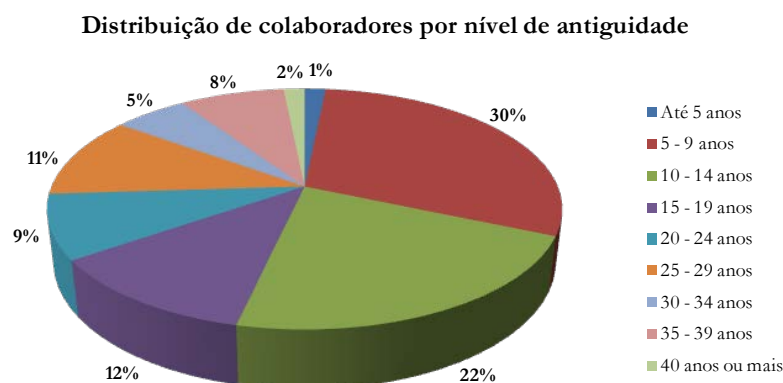
Dos 127 efetivos, 75 (59%), possuem uma licenciatura, sendo 69,3% do sexo feminino e 30,7% do sexo masculino.

Dos efetivos licenciados, 23 têm uma licenciatura em Economia (30,7%), 22 em Direito (29,3%), 8 em Engenharia Civil (10,7%), existindo ainda 22 licenciados noutras áreas (29,3%).

Existem, por fim, 38 trabalhadores (29,9%) com o 12.º ano de escolaridade, dos quais 28 são do sexo feminino e 10 do sexo masculino.

Estrutura de Antiguidade

O nível médio de antiguidade na Administração Pública dos trabalhadores do InCI, em 31 de dezembro de 2011, era de 17 anos, destacando-se 30% dos colaboradores com uma antiguidade de 5 a 9 anos, 22% com 10 a 14 anos e 12% com 15 a 19 anos





2.6.2. Gestão do capital humano

Avaliação de Desempenho

No período de avaliação de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2011 foram avaliados 91,2% dos colaboradores, no âmbito do SIADAP 2 e 3. Os restantes 8,8% não foram avaliados por não cumprirem os requisitos funcionais para a avaliação.

Atribuição de Prémios e alterações de posicionamento remuneratório

Em 2011 não houve lugar a qualquer atribuição de prémio ou alteração de posicionamento remuneratório, em virtude da proibição de valorizações remuneratórias decorrentes do disposto no artigo 24.º da Lei n.º 55-A/210, de 31 de dezembro (LOE 2011).

Movimentos de Pessoal

Durante o ano de 2011 foram admitidos 11 trabalhadores em mobilidade interna e 1 técnico superior decorrente de procedimento concursal.

Relativamente a saídas de pessoal, verificaram-se 4 aposentações, 1 reforma, 1 licença sem vencimento e 4 situações de mobilidade interna, das quais 3 ocorreram por cedência de interesse público.

Encargos com o Pessoal

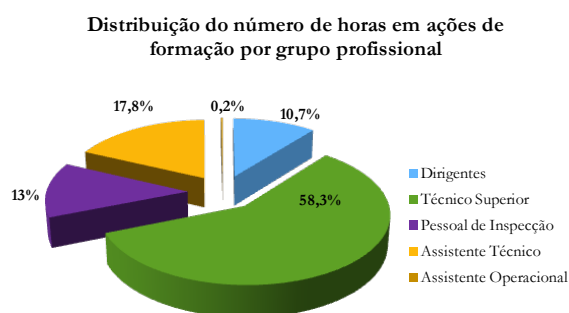
Os encargos com o pessoal, durante o ano de 2011, equivaleram a 40% do total de despesas do Instituto.

As remunerações mínima e máxima foram de, respetivamente, €470,29 e €7.059,27, sendo o leque salarial ilíquido de 15,01.

Formação Profissional

No âmbito do Plano de Formação Profissional verificou-se a concretização de ações de formação que totalizaram 7.000 horas, das quais 4.778 horas foram de formação interna e 2.222 de formação externa.

O pessoal técnico superior e de inspeção participou em 4.989 horas de formação, os dirigentes em 750 horas e os assistentes operacionais em 1.261 horas.



Em 2011, o INCI despendeu um montante total de €47.427 em ações de formação profissional, correspondendo 51% a ações internas e os restantes 49% a ações externas.

Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho

No ano de 2011, registou-se a ocorrência de 3 acidentes de trabalho, com 3 trabalhadores, o que corresponde a uma percentagem de 2,36% e que se traduziu em 77 dias de ausência ao serviço.

No âmbito da Medicina no Trabalho foram realizados 94 exames médicos, o que representou um esforço financeiro de €7.825,68.

Intranet do InCI

Foram criadas novas páginas na Intranet do InCI, incluindo uma área dedicada à temática ambiental, onde constam as principais informações sobre o tema, incluindo a disponibilização para consulta dos seguintes documentos: Código de Conduta de Ambiente, Saúde e Segurança; Plano de gestão Ambiental 2011; e apresentação de dispositivos relativa à Ação de Sensibilização realizada em março de 2011.



The screenshot displays the InCI Intranet interface. At the top, there is a banner with the InCI logo and the slogan "DAR FORMA AO FUTURO". Below the banner is a navigation menu with options like "Início", "InCI, I.P.", "Informação de Gestão", "Construção e Imobiliário", "RH", "Destaque", "Utilitários", "Aplicações", "Links Úteis", "Documentos Internos", and "Sug".

The main content area is titled "Gestão Ambiental" and features a large graphic with a recycling symbol and the text "TENHA UMA ATITUDE RESPONSÁVEL PARA COM O AMBIENTE". Below this, the text reads:

GESTÃO AMBIENTAL

O InCI pretende promover uma cultura institucional, onde as suas iniciativas e atividades sejam consistentes com a responsabilidade ambiental e com o respeito pela Saúde e Segurança de todos os colaboradores, stakeholders e sociedade em geral, a par da inovação e da melhoria contínua dos procedimentos e serviços prestados.

A política ambiental do InCI encontra-se consagrada no Código de Conduta de Ambiente, Saúde e Segurança, documento que contém um conjunto de diretrizes gerais a implementar na organização relativamente ao Ambiente, Saúde e Segurança.

Esta política integrada patenteia o compromisso do InCI, na assunção da Saúde e Segurança dos seus colaboradores, bem como da preservação do ambiente, como valores cruciais do Instituto.

No Plano de Gestão Ambiental identificam-se todos os aspetos ambientais decorrentes da atividade normal do InCI, quer a nível do funcionamento do edifício-sede, quer a nível das atividades e serviços desenvolvidos, de forma a verificar quais deles têm ou podem ter um impacto ambiental negativo, que possa ser minimizado ou mesmo eliminado com alteração de comportamentos ou estabelecimento de medidas mitigadoras, nomeadamente a nível de consumos de água e energia elétrica, papel e consumíveis de impressão, e procedimentos de reciclagem.

O Programa de Gestão Ambiental estabelece 8 objetivos e respetivas metas - em consonância com a Política Ambiental definida - e 25 ações conducentes à sua prossecução, identificando os responsáveis pela sua implementação e/ou cumprimento, prazos e indicadores de medida.

Só com o comprometimento da organização e de todos os seus colaboradores em minimizar ou eliminar os impactos ambientais, diretos ou indiretos, se conseguirá a prossecução dos objetivos e metas fixados.

Documentos:

- [Código de Conduta de Ambiente, Saúde e Segurança, de 15 de Fevereiro de 2011](#)
- [Plano de Gestão Ambiental 2011](#)
- [Ação de Sensibilização - Apresentação, de 30 de Março de 2011](#)

On the right side of the page, there are four small posters with the slogan "Vamos proteger o futuro!" and various environmental icons.

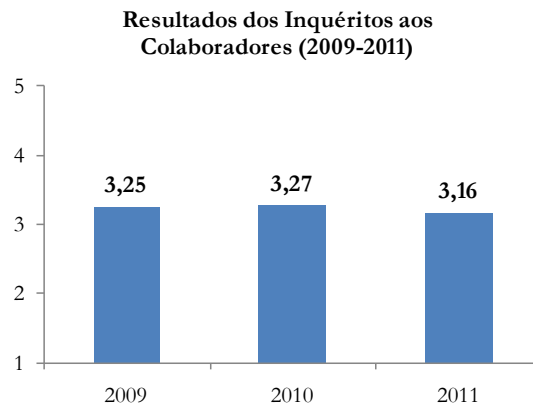


2.6.3. Satisfação dos Colaboradores

À semelhança do efetuado nos dois anos anteriores, os colaboradores do InCI foram inquiridos com vista a apurar o índice de clima organizacional do Instituto.

Dos 128 colaboradores obteve-se a resposta de 62, o que correspondeu a uma taxa de participação de 48,4%.

O resultado global do inquérito, numa escala de 1 a 5, foi de 3.16 valores (pouco satisfeito), inferior em 11 centésimas face ao resultado do ano anterior, e inferior em 9 centésimas, face a 2009.



Da análise global dos resultados resulta que, em média, 47% dos 62 colaboradores que responderam ao questionário se mostrou “satisfeito” ou muito satisfeito” e 25% demonstraram estar “pouco satisfeito”. Porém, cerca de 27% considerou estar “insatisfeito” ou “ muito insatisfeito”.

Os resultados do inquérito foram publicados na Intranet do InCI.

2.6.4. Reporte Social

No InCI, a maior via de comunicação com os colaboradores é a Intranet do Instituto, onde são publicadas os principais despachos e deliberações do Conselho Diretivo, bem como as notícias e acontecimentos relevantes sobre o Instituto ou o Setor.



Para além das referidas publicações destaca-se ainda a disponibilização na Intranet dos seguintes documentos:

- Relatório Síntese 2010 – Contratação Pública em Portugal;
- Relatório “Inquéritos de satisfação aos colaboradores e agente do setor 2010 - Medidas de Melhoria para 2011”;
- Código de Conduta de Ambiente, Saúde e Segurança;
- Plano de Gestão Ambiental do InCI;
- Relatório Analítico das Transações registadas no Mercado Imobiliário;
- Plano de Atividades 2011;
- QUAR 2011;
- Relatórios Sínteses das monitorizações trimestrais do QUAR 2011;
- Regulamento dos Deveres de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Vantagens de Proveniência Ilícita e ao Financiamento do Terrorismo no Setor Imobiliário;
- Índices trimestrais CIFE;
- Balanço Social de 2010;
- Relatório de Atividades 2010;
- Relatório e Contas 2010;
- Ações de Fiscalização – Balanço 2010 e Plano 2011;
- 2º Inquérito Nacional sobre a Contratação Pública Eletrónica;
- *Newsletter* do InCI (mensal);
- Relatório sobre o Setor da Construção em Portugal em 2010;
- Relatório do projeto icBench – Indicadores 2009 Construtores;



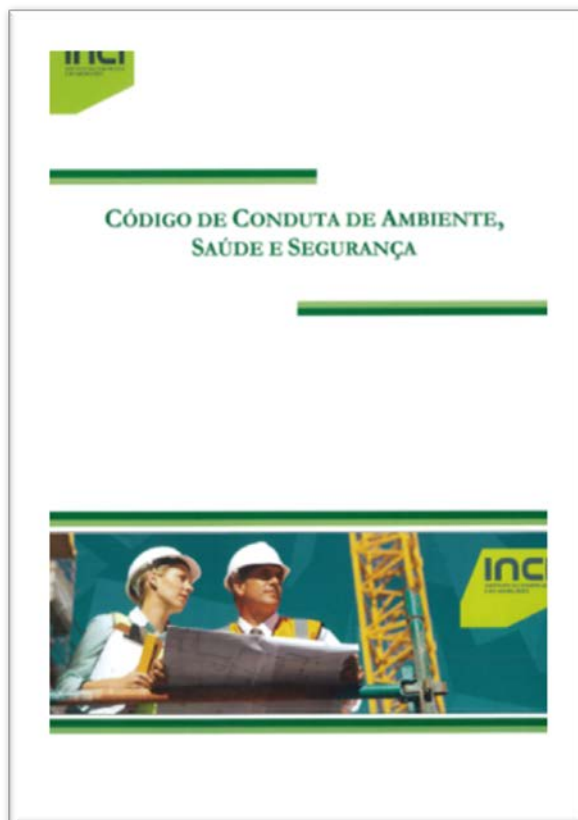
- Análise Económico-Financeira das Empresas de Mediação Imobiliária – 2009/2010;
- Relatório da Auditoria Energética 2011;
- Guia Orientador para uma linguagem promotora da igualdade de género;
- Resultados dos Inquéritos de Satisfação aos Colaboradores e aos Agentes do Setor – 2011;
- Valores preliminares dos contratos de EOP – 2010;
- Plano de Prevenção de Riscos de Gestão (atualizado com novas medidas).



3. RELAÇÃO COM O AMBIENTE

3.1. Política de gestão ambiental

A política de gestão ambiental do Instituto encontra-se consagrada no **Código de Conduta de Ambiente, Segurança e Saúde**, documento concluído e aprovado no início de 2011, que contém um conjunto de diretrizes gerais a implementar na organização relativamente a esta temática.



O Código aplica-se a todos aqueles que exercem funções ou atuam nas instalações do InCI, independentemente do seu vínculo contratual, função ou posição hierárquica.

A Política de Ambiente, Saúde e Segurança definida para o InCI assume os seguintes compromissos:

- Assegurar o cumprimento da legislação;
- Assegurar a sustentabilidade dos projetos e atividades;



- Assegurar a proteção do ambiente, saúde e segurança;
- Minimizar ou reparar os impactes ambientais adversos resultantes da atividade do Instituto;
- Promover e assegurar a utilização racional e eficiente dos recursos naturais e da energia;
- Prevenir a ocorrência de acidentes de trabalho e de doenças profissionais;
- Identificar, controlar e monitorizar os riscos;
- Assegurar a capacidade de resposta a situações de emergência;
- Promover a formação e treino dos colaboradores para resposta a situações de emergência;
- Promover a formação e o desenvolvimento profissional dos colaboradores;
- Promover a criação de conhecimento e divulgação de boas práticas no domínio do ambiente;
- Sensibilizar e comprometer os fornecedores e prestadores de serviços ao nível de critérios ambientais;
- Melhorar continuamente o desempenho ambiental;
- Estabelecer metas e objetivos ambientais;
- Atualizar periodicamente a política de ambiente, saúde e segurança;
- Proceder à divulgação da presente política na Intranet e Portal do InCI.

Neste âmbito foram assim definidas as normas a cumprir por todos os colaboradores do InCI no exercício das suas funções:

Normas do Código de Conduta de Ambiente, Saúde e Segurança

- *Desempenhar as funções em conformidade com a Política de Ambiente, Saúde e Segurança estabelecida;*
- *Melhorar continuamente as práticas de gestão ambiental*
- *Minimizar os impactes ambientais adversos resultantes do funcionamento do Instituto;*
- *Atuar em cumprimento do estabelecido no Plano de Gestão Ambiental;*
- *Reportar à gestora ambiental todas as informações necessárias à monitorização do cumprimento de gestão ambiental.*

Na sequência da implementação do Código de Conduta de Ambiente, Saúde e Segurança, foi aprovado o **Plano de Gestão Ambiental**, que visa estabelecer práticas e procedimentos que mitiguem os impactes ambientais resultantes da atividade do InCI, pretendendo contribuir também para a formação dos colaboradores como pessoas conscientes relativamente às questões ambientais.

No Plano de Gestão Ambiental foram identificados, entre outros, os impactes ambientais decorrentes da atividade normal do InCI, a relação do Instituto com os fornecedores, ao nível dos *standards* ambientais definidos, os objetivos e metas a cumprir, o programa de gestão ambiental, bem como a implementação e toda a operacionalização do sistema.



3.1.1. Impacte ambiental dos serviços

Os principais impactes ambientais inerentes ao exercício da atividade do InCI verificam-se ao nível dos seguintes consumos:

- Energia elétrica;
- Água;
- Papel;
- Consumíveis de impressão.

Aquando da elaboração do Plano de Gestão Ambiental foi assim analisada a evolução dos referidos consumos ao longo dos últimos três anos, tendo sido definidos objetivos para a cumprir no final de 2011.

Neste relatório são identificados não só os objetivos e metas ambientais definidas (ponto 3.1.3.) bem como os resultados alcançados relativos ao ano de 2011 (ponto 3.2.).



3.1.2. Standards ambientais – Fornecedores

No que respeita à Contratação Pública, o InCI está agregado à ANCP – Agência Nacional das Compras Públicas para a condução e celebração dos procedimentos respeitantes a acordos quadro e aquisições de determinados bens e serviços.

Todos os procedimentos realizados ao abrigo dos acordos quadro já integram critérios ambientais, uma vez que a ANCP seguiu, nos concursos que lançou para a realização de acordos quadro, as linhas de orientação definidas na Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas, refletindo a preocupação de melhoria das práticas de contratação e de aquisição de bens e serviços, com respeito pelos valores ambientais.

Destacam-se, em especial, os concursos para a aquisição de equipamento informático, de cópia e impressão, de papel de economato e consumíveis de impressão, que refletem os requisitos ambientais mínimos definidos nos normativos nacionais e internacionais, nomeadamente com as Normas ISO 14001 e ISO 9001, no que se refere ao papel, e o *Energy Star*, quanto aos computadores, bem como os relativos ao cumprimento de requisitos de consumo de energia, e de recolha, tratamento e reciclagem de baterias e carregadores.

Estes critérios são também aplicados aos monitores, que devem cumprir os requisitos TCO'03 e *Energy Star*.

Pretende-se que os procedimentos aquisitivos, qualquer que seja o seu tipo, integrem, sempre que seja exequível a sua exigência e aplicação, critérios ambientais, quer na seleção dos concorrentes, quer na adjudicação, quer ainda na própria execução do contrato, visando a identificação e possível escolha de produtos ou serviços com um melhor desempenho ambiental.

Além dos critérios ambientais, devem ser tidos, em consideração critérios éticos, sociais e de saúde, que se traduzem em características que identificam o produto ou serviço, não só com um menor desempenho ambiental, mas também com uma melhor distribuição da riqueza, uma remuneração justa e benefícios para o bem-estar da sociedade, devendo ser tidos como prioritários os seguintes critérios:



- Eficiência energética;
- Redução de gases com efeito de estufa;
- Prevenção da produção de resíduos;
- Racionalização do uso de matérias-primas e incorporação de materiais reciclados;
- Minimização dos impactes diretos e indiretos na conservação da natureza e da biodiversidade.

Os critérios acima referidos traduzem-se nas seguintes exigências:

- Certificação da empresa, da técnica de produção ou do produto;
- Cumprimento dos requisitos da certificação energética e maior utilização de produtos reciclados, no caso da construção;
- Compromisso de cumprimento de todas as normas legais existentes para minimizar condições nocivas/ perigosas e de desconforto par a saúde humana e o impacte ambiental (trabalho infantil, condições de segurança, tratamento de lixo);
- Retoma e tratamento pelo fornecedor de novos equipamentos, dos descontinuados e das embalagens dos entregues, respeitando as regras de prevenção de produção de resíduos;
- Remuneração justa do trabalhador/do produtor (trabalho temporário, produtos alimentares, vestuário);
- Proteção dos valores artísticos, estéticos, históricos, turísticos e paisagísticos, no que se refere a obras de construção.

3.1.3. Objetivos e Metas Ambientais

No Plano de Gestão Ambiental de 2011 foi definido um Programa de Gestão Ambiental que previa o alcance dos seguintes objetivos e respetivas metas:

OBJETIVOS	METAS
Diminuir a emissão de CO ₂	Reduzir em 2%, face ao ano de 2009
Diminuir o consumo de água	Reduzir em 2% , face ao ano de 2010
Diminuir o consumo de papel (A3, A4 e de ofício)	Reduzir em 1%, face ao ano de 2010
Diminuir a quantidade de resíduos acumulados	Enviar para reciclagem todos os resíduos, evitando acumulação
Retirar depósitos de entulho na garagem e processos cancelados	Retirar entulho até abril 2011 e processos até novembro 2011
Promover e implementar um Plano de Emergência Interno	Até novembro de 2011





3.2. Monitorização das metas definidas

O ano de 2011 constituiu o ano zero do InCI, em termos de gestão ambiental, dado que pela primeira vez foi implementado um Plano de Gestão Ambiental.

No âmbito do Programa de Gestão Ambiental definido, foram implementadas as seguintes medidas ambientais:

- Realização de uma Auditoria Energética ao edifício da sede do InCI, com recomendação de medidas corretivas;
- Substituição de todas as lâmpadas incandescentes por lâmpadas economizadoras;
- Colocação e/ou manutenção de sombreamento nas janelas da fachada sul do edifício;
- Substituição dos *spots* de halogéneo do vestíbulo de entrada do edifício por projetores LED;
- Ação de Sensibilização Ambiental, junto dos colaboradores do InCI, com apresentação do Código de Conduta de Ambiente, Saúde e Segurança e do Plano de Gestão Ambiental
- Colocação de redutores de caudal nas torneiras;
- Colocação de uma garrafa de água no depósito de cada autoclismo por forma a reduzir o volume de água de cada descarga;
- Impressão de ofícios, informações e outros documentos em frente e verso;
- Separação dos resíduos, passíveis de ser reciclados, procedendo ao seu encaminhamento para reciclagem, bem como dar o devido encaminhamento aos móveis sem conserto
- Contratação do serviço de depósito dos processos cancelados
- Transporte dos processos cancelados para o novo espaço e organização dos mesmos.

Das medidas referidas, destaca-se, de seguida, a informação relativa à ação de sensibilização ambiental, efetuada junto dos colaboradores do InCI e à realização de uma auditoria energética ao edifício da sede do Instituto.



Ação de Sensibilização Ambiental

No dia 30 de março de 2011 foi efetuada uma ação de sensibilização de educação ambiental, direcionada aos colaboradores do InCI, na qual se fomentou a importância de valores assentes em princípios ecológicos, tendo sido apresentados o Plano de Gestão Ambiental, o Código de Conduta de Ambiente, Saúde e Segurança, bem como uma série de medidas de racionalização de energia, exemplificativas das boas práticas ambientais.

Auditoria Energética ao edifício

Esta auditoria, necessária para o apuramento do ponto de situação do desempenho energético do edifício, teve como objetivo a definição de medidas de economia e/ou racionalização dos consumos de energia com vista à otimização dos padrões de conforto dos seus utentes e colaboradores, aliada a uma eficiente gestão energética.

Tendo por base a informação disponível à data – ano 2010 – verificou-se um consumo de energia elétrica de 682,5 MWh⁴, ao que correspondeu um custo sem IVA de 68.570€.

De modo a medir o grau de eficiência energética do edifício, foram quantificados dois indicadores, um que associa o consumo de energia com a ocupação do edifício e outro que associa esse mesmo consumo com a área útil total.

Em 2010, esses indicadores obtiveram os seguintes valores:

- Consumo Específico de Energia (CEE) = 5,29 kgep/ocupante.ano
- Indicador de Eficiência Energética (IEE) = 88,0 kgep/m².ano

⁴ A empresa de auditoria energética considerou o consumo de energia elétrica do edifício da sede do InCI, bem como o do edifício contíguo, em virtude de dois dos pisos desse edifício estarem afetados aos serviços do InCI, razão pela qual este valor difere do anteriormente indicado.

A desagregação global de consumos, em 2010, por tipo de utilização foi a seguinte:

Utilização	Peso	Consumo [kWh/ano]	Custos* [€/ano]
Iluminação	23%	155.130	15.586
Climatização	49%	337.462	33.904
Outros	28%	189.913	19.080
TOTAL	0%	682.505¹	68.570

*valores sem IVA

O Relatório da Auditoria Energética identificou ainda um leque de medidas de eficiência energética, das quais se destacam:

- Substituição de luminárias ou instalação de “Eco Tubos”
- Substituição de lâmpadas incandescentes e *spots* de halogéneo;
- Instalação de sensores de presença;
- Substituição dos vãos envidraçados da fachada norte;
- Substituição dos equipamentos de ar condicionado antigos;
- Sistema de Gestão de Energia;
- Formação e Sensibilização.

A implementação das medidas referidas, para a qual foi estimado um investimento de 126.765€, permitiria economizar €24.093/ano, cerca de 35% do consumo relativo ao ano de 2010, com um retorno em 5,26 anos.



Resultados alcançados

Todos os objetivos definidos no Plano de Gestão Ambiental 2011, relativos à diminuição de consumos, foram alcançados com excelentes taxas de realização.

No que respeita à diminuição da quantidade de resíduos acumulados e ao levantamento de depósitos de entulho e de processos cancelados, foram também feitos importantes progressos, na medida em que foram enviados para reciclagem impressoras e diverso material informático acumulado, bem como retirados os processos cancelados existentes na garagem do edifício.

O único objetivo que ficou por concretizar foi a implementação de um Plano de Emergência Interno, ficando a meta adiada para 2012.

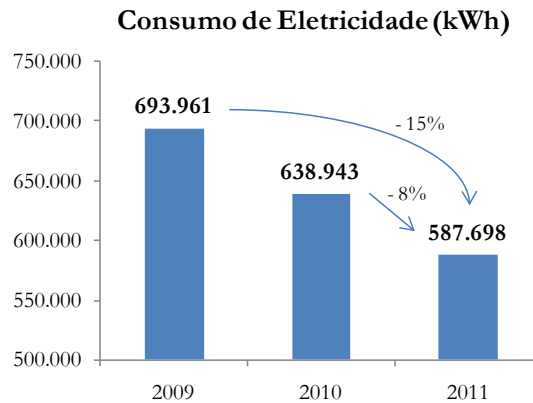
Destacam-se, de seguida, a quantificação dos resultados alcançados.

– Consumo de Energia Elétrica –

Para 2011, foi definido o objetivo de diminuir em 2% o consumo de energia elétrica, face ao verificado em 2009, altura em que foi apurado um consumo de 693.961kWh.

Consumo de Energia Elétrica (kWh)		
Meta 2011	Real 2011	Taxa de Realização
680.081	587.698	114%

Na sequência das medidas implementadas verificou-se no final de 2011 um consumo de 587.698 kWh, o que correspondeu a uma diminuição de 15% e de 8%, face a 2009 e 2010, respetivamente.



A diminuição de consumo verificada em 2010, face a 2009, deveu-se a uma avaria no sistema de ar condicionado dos pisos 0, -1 e -2, não estando, por isso, aí espelhados os efeitos da aplicação de medidas ambientais.

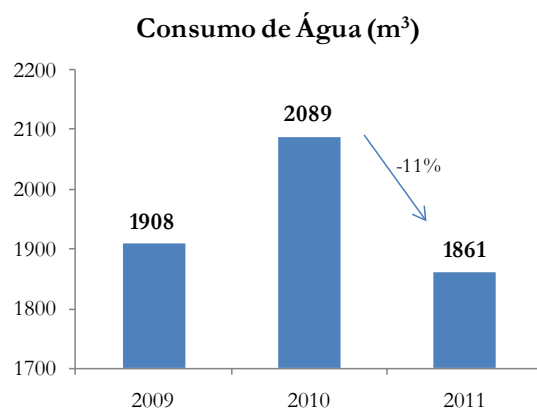
De forma contrária, a diminuição verificada em 2011 no consumo de energia elétrica terá necessariamente relacionada com as medidas ambientais implementadas, designadamente, a substituição das lâmpadas incandescentes por lâmpadas economizadoras, a colocação de sombreamento nas janelas da fachada sul do edifício, a substituição dos *spots* de halogéneo por projetores LED, bem como a ação de sensibilização ambiental realizada, em março de 2011, junto dos colaboradores do InCI.

– Consumo de Água –

Para 2011, foi definido o objetivo de diminuir em 2% o consumo de água efetuado no edifício da sede do InCI, face ao verificado em 2010, ano em que foram consumidos 2.089 m³ de água.

Consumo de Água (m ³)		
Meta 2011	Real 2011	Taxa de Realização
2.047	1.861	109%

No final de 2011 verificou-se um consumo de 1.861 m³, correspondendo a uma diminuição de 11% e de 2,5% face a 2010 e 2009, respetivamente.



As medidas ambientais que terão contribuído para este menor consumo foram a colocação de redutores de caudal nas torneiras, a colocação de uma garrafa de água no depósito de cada autoclismo, bem como a ação de sensibilização ambiental efetuada junto dos colaboradores do InCI.

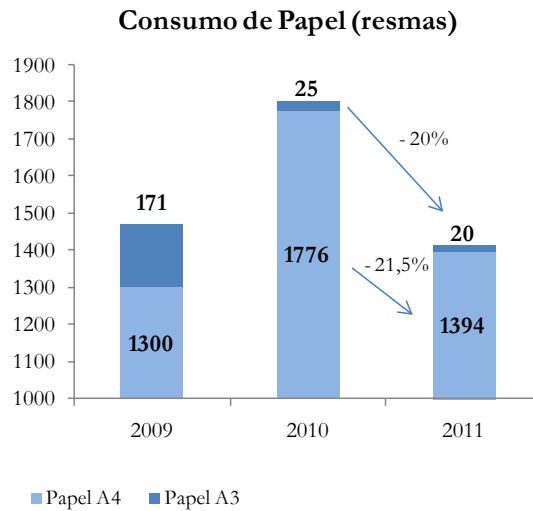
– Consumo de Papel –

Na atividade corrente do InCI, verifica-se o consumo de papel tipo A4 e A3.

Nesse sentido, foi definido para 2011 o objetivo de reduzir em 1% o consumo destes dois tipos de papel, relativamente ao efetuado em 2010, ano em que se utilizaram 1776 resmas de papel A4 e 25 resmas de papel A3.

Consumo de Papel (resmas)			
Papel	Meta 2011	Real 2011	Taxa de Realização
A4	1.758	1.394	121%
A3	24	20	117%

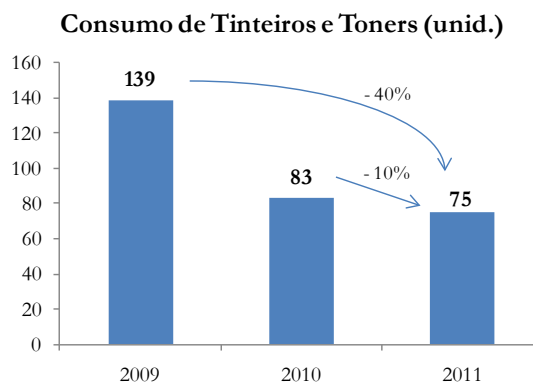
Em 2011, verificou-se uma diminuição de 21,5% e de 20%, respetivamente, no consumo de papel A4 e A3, face ao efetuado no ano de 2010.



Estas reduções devem-se, essencialmente, à configuração das impressoras para, por defeito, imprimirem os documentos em frente e verso, à desmaterialização dos títulos habilitantes – medida *Simplex* implementada a 15 de dezembro de 2010 –, bem como à ação de sensibilização ambiental efetuada junto dos colaboradores do InCI.

– Consumíveis de impressão –

Embora não tivessem sido definidos objetivos de redução na utilização de consumíveis de impressão, verificou-se, também aqui, significativas reduções no consumo de tinteiros e *toners*.





Em 2011 foram utilizados 75 tinteiros e *toners*, o que representou uma diminuição de 10% e de 40% face ao consumo verificado em 2010 e 2009, respetivamente.

– Reciclagem –

Importa, por fim, referir a separação de resíduos efetuada, designadamente, lixo orgânico, papel, plásticos e embalagens metálicas, os quais são depositados nos diversos ecopontos distribuídos em todos os pisos do edifício, bem como, a separação de tinteiros e *toners* usados em impressoras, fotocopiadoras e faxes, sendo os mesmos recolhidos, classificados e triados, gratuitamente, por uma empresa de sistemas ecológicos que os encaminha para reciclagem.

Para além destes, é ainda efetuado o encaminhamento para reciclagem dos resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos, lâmpadas e material elétrico, pilhas e vidro.



3.3. Reporte Ambiental

Ao nível do Reporte Ambiental foram elaborados e publicados os seguintes documentos:

- Código de Conduta de Ambiente, Segurança e Saúde;
- Plano de Gestão Ambiental;
- Apresentação de dispositivos da Ação de Sensibilização Ambiental;
- Relatório de Sustentabilidade 2010 do InCI (publicado em janeiro de 2012);

Estes documentos foram divulgados junto dos agentes do setor, através da sua publicação no Portal do InCI (www.inci.pt), e junto dos colaboradores na própria Intranet do Instituto.

